



ATA N. º 19/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

CÂMARA 2026/09/09



ATA N.º 19/2026

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Nazaré, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, na Sala de reuniões da Fundação Casa-Museu Mário Botas, sob a presidência do Senhor Serafim António Louraço da Silva, e a presença dos Senhores Vereadores, Milton Hugo Mafra Estrelinha em substituição do Sr. Vereador João António Portugal Formiga, Luís Miguel Rodrigues Sousinha, João Paulo Quinzico da Graça, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Vanda Alexandra Duarte Santos e Maria Lúcia Teixeira Loureiro. -----

A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Ana Paula de Sousa Veloso. -----

Pelas nove horas e trinta e seis minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, e prestou ao Órgão Executivo Municipal esclarecimentos, com relevância autárquica. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, onde no início da sua intervenção propôs a inclusão na Ordem do Dia do ponto 599/2026 - Assunção de compromissos plurianuais para aquisição de bens para fornecimento de eletricidade para o triénio 2027-2029 - SMN, tendo a mesma sido submetida à votação do Órgão Executivo, que deliberou, por unanimidade, aprovar a sua inclusão. -----

Prosseguiu o Senhor Presidente para a sua intervenção que a seguir se transcreve: -----

“Quero começar esta reunião por salientar a forma como estão a decorrer, desde a passada sexta-feira, as festas em honra de Nossa Senhora da Nazaré, que este ano voltaram a casa. E que dias magníficos temos vivido em comunidade. -----

O desafio era enorme, mas em poucos meses conseguimos, em estreita colaboração com a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, garantir as condições para a realização das Festas. -----

Sublinho com particular relevo, a forma como a população do Sítio acolheu esta nossa vontade de devolver o evento ao Terreiro. Procurámos minorar os incómodos que esta situação causa para quem vive no Sítio e a receptividade das pessoas tem sido manifestamente positiva. -----

Aproveitámos para testar o modelo do selo de residente, sendo que neste particular gostava de agradecer aos serviços o sentido de responsabilidade evidenciado na semana que passou, em que foi possível emitir mais de 900 selos. A colaboração das autoridades foi e será essencial para o cumprimento desta medida e para a eficácia da mesma. -----

Depois, gostaria de assinalar um momento que considero particularmente importante para o Município e para a Nazaré: a reabertura, ontem, dia 8 de setembro, do Museu Dr. Joaquim Manso, com a presença da Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto. -----

O Museu Dr. Joaquim Manso abriu ao público em 1976 e completa este ano 50 anos. Durante vários anos esteve encerrado, primeiro por força das obras de requalificação e, depois, pela necessidade de concluir todo o processo administrativo associado à transferência da sua gestão para o Município. -----

Esse processo foi longo e exigente, mas conseguimos chegar ao momento que ontem concretizámos. -----

A reabertura no Dia do Município, o Dia de Nossa Senhora da Nazaré, tem, por isso, um significado particularmente especial. Assinala simultaneamente os 50 anos do Museu e o início de uma nova etapa na sua vida. -----

E esta nova etapa tem de ser ambiciosa. -----

O Museu não pode ser apenas um espaço onde se guardam peças e se preservam coleções. Queremos que seja um Museu vivo, aberto à comunidade, às escolas, às novas gerações, aos investigadores, aos visitantes e a todos aqueles que querem conhecer a Nazaré para além da imagem que internacionalmente projetamos através das nossas ondas. -----

É precisamente essa uma das oportunidades que temos pela frente. -----



Nos últimos anos, temos assistido a uma enorme projeção internacional da Nazaré. Milhões de pessoas conhecem o nosso território através do fenómeno das ondas gigantes. Mas há uma questão que temos colocado e que considero essencial: como é que transformamos essa notoriedade numa oportunidade para mostrar também quem somos? -----

A nossa história, a cultura marítima, a pesca, as tradições, o culto de Nossa Senhora da Nazaré, os nossos trajes, as nossas embarcações, a relação da comunidade com o mar. É essa Nazaré que o Museu deve ajudar a contar. -----

Quero também dar nota de que este processo fica agora acompanhado de uma importante decisão financeira. Além da autorização, da DGAL, de um reforço no Fundo de Financiamento da Descentralização relativo a 2026, correspondente aos quatro meses de funcionamento previstos para este ano, ficou ainda fixado que, para 2027, seja considerado para o Município da Nazaré um valor anual de 130 mil euros, acrescido da respetiva atualização. -----

Este reforço resulta precisamente das necessidades que o Município identificou para assegurar o funcionamento adequado do Museu, incluindo recursos humanos e direção técnica, transformação digital, sistema de bilhética, comunicação e promoção. -----

É uma conquista importante, porque desde o início deste processo defendemos que não faria sentido receber uma competência sem que viessem igualmente assegurados os meios necessários para a executar com qualidade. -----

Quero deixar uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores e serviços municipais que estiveram envolvidos neste processo, bem como a todas as entidades que contribuíram para que chegássemos a este momento. -----

E quero deixar também uma ideia para o futuro: a reabertura é o ponto de partida, não o ponto de chegada. -----

Temos agora a responsabilidade de fazer com que o Museu seja visitado, conhecido, vivido e valorizado. Que seja uma porta de entrada para a história da Nazaré e um instrumento para reforçar a nossa identidade cultural. -----

Ao nível da atividade municipal, gostaria ainda de transmitir que as equipas municipais estão empenhadas em garantir as condições para o regresso às aulas. Aproveito para desejar a todos os nossos alunos, professores e restantes equipas um feliz ano letivo de 2026/27. Um ano letivo com muitos desafios, que esperamos superar. Ainda no âmbito da educação, salientar que as 11 escolas do concelho candidatas ao programa Eco-Escolas para o ano letivo 2025/2026 foram distinguidas com a Bandeira Verde Eco-Escolas. -----

Dar ainda conta de que procedemos à entrega do edifício da antiga Casa da Câmara na Pederneira para a instalação do Tribunal. Temos vindo a colaborar com a Comarca na transferência de algum mobiliário, ainda falta uma parte e aguardamos, por parte da tutela, a indicação da data de entrada em funcionamento do Tribunal. -----

Agora mesmo para terminar, deixava o convite a todos os nazarenos e a quem a nós se queira juntar para celebrar, até domingo, as Festas. Temos muita programação prevista, programação variada e que certamente terá motivos de interesse. Obrigado.” -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Milton: -----

“Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Queria começar esta intervenção por saudar a abertura do Museu Dr. Joaquim Manso. -----

É importante reconhecer que estamos perante uma obra que teve o seu início no anterior Executivo, num processo em que o dono da obra era o Estado Central, e que foi possível, finalmente, colocar este equipamento ao serviço da nossa comunidade e de quem nos visita. -----

É uma infraestrutura importante para o concelho da Nazaré, para a preservação da nossa memória, da nossa identidade e do nosso património. E, independentemente de quem estava ou



está no Executivo, penso que devemos ter a capacidade de reconhecer aquilo que é positivo para o nosso concelho. Aliado a isto, foram vários os homens e mulheres que lutaram para que esta abertura fosse uma realidade e, por isso, deixo o meu agradecimento pela empenho e dedicação de todos. -----

Queria também destacar o regresso das Festas do Sítio ao seu local de origem. -----
Era uma decisão que entendíamos ser importante para aquela comunidade e para a própria identidade das festas, fazendo, inclusive, parte do programa eleitoral do Partido Socialista. Naturalmente, haverá conclusões a retirar da organização desta edição. E essas conclusões devem ser feitas com seriedade e não com discursos de vitória antes sequer de terminado o evento. Agora que terminou, é altura de avaliar o que correu bem, o que correu menos bem e o que pode ser melhorado no futuro. -----

E é precisamente a propósito desta necessidade de avaliação que volto a uma questão que tenho colocado várias vezes neste órgão: a transparência e o acesso à informação por parte dos vereadores. -----

Senhor Presidente, tenho solicitado um conjunto de informações que continuam, tanto quanto sei, sem ser facultadas a todos os vereadores. -----

Por isso, volto hoje a colocar questões muito concretas. -----
Relativamente ao processo de deservagem, conforme questionado na última Reunião de Camara, questiono se já foi concluído esse procedimento e, se sim, quando será finalmente enviado o relatório que foi solicitado? -----

É importante perceber como foi executado o serviço, em que condições, quais os produtos utilizados, quais as intervenções realizadas e quais as reclamações que, entretanto, chegaram ao Município. -----

E já agora, uma questão muito concreta: quando será intervencionado o passeio junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários da Nazaré? -----

A situação daquele passeio é conhecida e está a agravar-se. Neste momento, já representa um perigo para a circulação de peões. -----

Não podemos continuar a gerir determinados problemas à espera de que aconteça um acidente para depois se descobrir que afinal era urgente intervir. -----

Aliado a isto, questiono se já existe alguma estratégia quanto à reabilitação de várias artérias do nosso concelho? -----

Relativamente ao Euro Winners Cup, quando será disponibilizado aos vereadores o respetivo relatório de execução? -----

Estamos a falar de um evento de enorme dimensão, com impacto no território e que envolve recursos e apoios públicos. É, portanto, perfeitamente legítimo que os vereadores tenham acesso à informação sobre a sua execução, os compromissos assumidos, os custos, as receitas, os apoios concedidos e a avaliação final. -----

Qual é o ponto de situação do processo relativo à Pedralva? -----

Também aqui temos solicitado informação e continuamos sem uma resposta concreta sobre o estado do processo e os próximos passos que o Município pretende dar. -----

Relativamente às empreitadas de Remodelação do Pólo de Saúde de Famalicão e do Funicular da Pederneira, questiono qual é estado atual desses financiamentos bem como a execução física? ---

Senhor Presidente, -----

Há uma coisa que gostaria de deixar muito clara. -----

Quem tanto apregoa a transparência tem de ser coerente com aquilo que diz. -----

Não podemos ter uma Câmara Municipal onde a transparência é anunciada nos discursos, mas onde, quando os vereadores solicitam informação, essa informação demora semanas ou meses a chegar — ou simplesmente não chega. -----

E não estamos a pedir informação privilegiada. Estamos a pedir informação sobre a atividade da própria Câmara Municipal. -----



Não é pedir um favor, Senhor Presidente. É cumprir aquilo que deve ser uma obrigação de quem exerce funções públicas. -----

O papel da oposição não é apenas votar contra ou a favor. É fiscalizar, questionar e acompanhar a gestão municipal. E para fiscalizar é preciso ter acesso à informação. -----

Muito obrigado.” -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Vanda Santos: -----

“Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, -----

Bom dia a todos os presentes neste auditório e a todos aqueles que nos acompanham através das redes sociais. -----

Começo por felicitar as 11 escolas do concelho da Nazaré que foram distinguidas com a Bandeira Verde Eco-Escolas. - -----

Este é um programa que promove a educação ambiental e a sustentabilidade do nosso planeta. É muito importante incentivar os nossos jovens a adotar comportamentos ambientalmente responsáveis, a aprender a reciclar e, sobretudo, a levar esses bons hábitos para casa, envolvendo também as suas famílias. -----

Na área da cultura, tivemos ontem a reabertura do Museu Dr. Joaquim Manso, que contou com a presença da Sra. Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes. -----

Aproveito para incentivar toda a população do nosso concelho a visitar este espaço renovado, que tem agora muito para oferecer, nomeadamente através de exposições de fotografia, pintura e arqueologia, que ajudam a contar a história da Nazaré e das suas gentes. -----

Ainda relativamente ao dia de ontem, 8 de setembro, feriado municipal e dia de Nossa Senhora da Nazaré, assistimos às comemorações religiosas da Festa em Honra de Nossa Senhora da Nazaré. -----

Foi um dia bonito, com a população a sair à rua para acompanhar a procissão e participar nas celebrações. O dia 8 de setembro voltou, assim, a ser um momento de manifestação de fé, de tradição e de cultura, que faz parte da identidade do nosso concelho. -----

Quero também aproveitar para dar os parabéns a todas as associações que se associaram às Festas do Sítio, através das suas barracas de comes e bebes e das suas tasquinhas de refeições.

É muito positivo ver associações ativas, com voluntários disponíveis para arregaçar as mangas e trabalhar, com grande esforço e dedicação, para angariar fundos que são importantes para a tesouraria e para a continuidade da atividade associativa. -----

São estas pessoas e estas associações que ajudam a dar vida às Festas do Sítio e que contribuem para manter vivo o espírito de comunidade. -----

Sr. Presidente, -----

Quero falar uma vez mais sobre a falta de iluminação em algumas ruas da Nazaré. -----

Junto às Piscinas Municipais existem luminárias que continuam desligadas ou avariadas. Foi-me também solicitado que transmitisse a possibilidade de os serviços camarários procederem à poda das árvores que se encontram junto às luminárias que estão a funcionar. -----

Os ramos das árvores acabam por tapar parte da iluminação, tornando ainda mais difícil a circulação e a utilização daquela zona durante a noite, por falta de visibilidade. -----

Uma situação semelhante verifica-se também junto à Biblioteca Municipal. -----

Não sei se estas situações já estão sinalizadas junto da E-Redes. Caso ainda não estejam, solicito que sejam comunicadas à entidade responsável, para que estas luminárias possam ser intervencionadas com a maior brevidade possível. -----

Muito obrigado.” -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça** que começou por agradecer os esclarecimentos prestados, referindo que há regressos que representam mais do que uma simples mudança de lugar, constituindo um reencontro com a história e a identidade da comunidade. -----



- A propósito das Festas de Nossa Senhora da Nazaré, destacou o regresso, este ano, ao seu enquadramento secular no Largo de Nossa Senhora da Nazaré, em frente ao Santuário, salientando a importância daquele espaço enquanto ponto de encontro da população, da fé e da tradição local. Manifestou o desejo de que este regresso constitua uma reafirmação da identidade nazarena, um renovar da esperança e proporcione uma festa marcante para os nazarenos e para todos aqueles que visitam o concelho movidos pela devoção. -----
- De seguida, e relativamente à reabertura do Museu Dr. Joaquim Manso, considerou que esta constitui um passo importante na valorização do património da Nazaré e na afirmação do concelho enquanto destino de relevante valor cultural e identitário. -----
- Referiu, que o Museu poderá assumir um papel de relevo em três áreas fundamentais: na dinamização e atração local, através da diversificação da oferta cultural e da criação de um novo polo de interesse suscetível de atrair diferentes públicos, contribuindo para o combate à sazonalidade e para a dinamização da economia local; na salvaguarda da identidade coletiva, enquanto espaço de preservação da história da Nazaré, nomeadamente da sua relação com o mar, as artes da pesca, a etnografia e a arqueologia; e, ainda, no âmbito de uma estratégia integrada de desenvolvimento local, articulando a preservação do património histórico com a valorização e promoção do território. -----
- Considerou que o Museu constitui um ativo estratégico para a valorização cultural do Município, com impacto no seu reconhecimento a nível regional e nacional, acrescentando que apoiar e promover este espaço representa um investimento na sustentabilidade futura e no sentimento de pertença da comunidade. -----
- Concluiu este ponto, manifestando o seu reconhecimento a todas as entidades e profissionais envolvidos na reabertura do Museu, salientando que o desafio futuro passará pela capacidade de manter este polo cultural dinâmico, plenamente integrado na comunidade e atrativo para as novas gerações. -----

- Por último, reportando-se à interdição da Praia da Nazaré, retomou a questão abordada na reunião anterior, recordando ter solicitado ao Senhor Presidente que desenvolvesse contactos junto da APA, no sentido de ser disponibilizado o processo completo relativo às análises que estiveram na origem daquela situação. -----

- Referiu que, tendo sido afastada, face aos dados conhecidos, a hipótese de a contaminação ter origem nas infraestruturas municipais, importaria agora analisar as restantes possibilidades, designadamente a eventual ocorrência de um falso positivo decorrente de erros ou procedimentos laboratoriais, bem como a hipótese de ter ocorrido um pico pontual e instantâneo de poluição, eventualmente provocado por causas naturais ou por outros fatores que importa apurar. -----

- Salientou, neste contexto, a importância de o Município ter acesso à totalidade da informação e dos dados associados às análises realizadas, para além do resultado que lhe foi comunicado, considerando que os laboratórios responsáveis pelas análises se encontram sujeitos à norma ISO/IEC 17025, sendo expectável a existência de informação técnica e dados de suporte que poderão contribuir para o esclarecimento da situação. -----

- Defendeu, assim, a necessidade de serem analisadas todas as hipóteses e de se procurar esclarecer, de forma objetiva, a origem da ocorrência, de modo a afastar dúvidas relativamente ao sucedido e a determinar se esteve em causa um resultado laboratorial incorreto ou, eventualmente, um episódio pontual de poluição. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro** que, depois de cumprimentar os presentes, fez a sua intervenção, que se transcreve de seguida: -----

“Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Miguel Sousinha, Srs. Vereadores, técnicos do Município e a todos os que nos acompanham, muito bom dia. -----



Começo por felicitar o Rancho Tá-Mar da Nazaré pela sua atuação na reinauguração do Museu Dr. Joaquim Manso, bem como por reconhecer a forma digna e participada como decorreu a Procissão em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, uma das mais importantes manifestações da nossa identidade, tradição e devoção. -----

Dito isto, há uma questão que se impõe, Sr. Presidente: como justifica a ausência, este ano, do tradicional tapete de flores que acompanhava e dignificava a passagem do andor de Nossa Senhora da Nazaré até ao Bico da Memória? -----

Tratando-se de uma tradição com significado para os nazarenos e para esta celebração, gostaria de perceber se a Câmara manifestou disponibilidade para colaborar ou procurou encontrar uma solução quando percebeu que o tapete não iria ser realizado? O que falhou, Sr. Presidente? -----

Senhor Presidente, -----

Ainda no decorrer das Festas do Sítio em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, os serviços municipais, por incumbência de V. Ex.^a, responderam a uma reclamação apresentada por uma visitante assídua da Nazaré sobre a falta de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade reduzida. -----

É legítimo que o Município explique os constrangimentos existentes e refira às alternativas disponibilizadas, designadamente os parques e o serviço de shuttle. -----

Mas isso não invalida a questão concreta colocada pela visitante, nem justifica o tom adotado em parte da resposta. -----

Depois de afirmar que não comentaria as considerações de natureza política constantes da mensagem, o Município acrescenta: -----

“A liberdade de expressão e a diversidade de opiniões fazem parte do funcionamento de uma sociedade democrática. Chama-se a isso democracia.” -----

Senhor Presidente, era necessário? -----

O que acrescenta esta frase à resposta a uma visitante que colocou uma questão concreta de acessibilidade? -----

E quero deixar isto claro: Uma resposta institucional pode esclarecer, discordar e até recusar comentar considerações políticas. O que não deve é assumir um tom que possa ser entendido como uma admoestação a quem se dirigiu ao Município para apresentar uma preocupação legítima. -----

A Nazaré é uma terra de turismo e de acolhimento. Queremos que quem nos visita regresse, e a forma como o Município responde a quem nos visita também projeta a imagem da Nazaré. -----

Tanto mais que a própria resposta municipal reconhece que a instalação de estruturas no Sítio condicionou a disponibilidade de estacionamento. -----

E também aqui importa distinguir as coisas: a existência de parques alternativos e de um shuttle não responde, por si só, à necessidade específica de uma pessoa com mobilidade reduzida de dispor de condições efetivas de proximidade e acessibilidade. -----

Teria sido mais adequado agradecer o alerta, explicar os constrangimentos, assumir a preocupação para futuros eventos e convidar esta visitante a regressar à Nazaré, desejavelmente em melhores condições de acessibilidade. -----

Deixo, por isso, duas perguntas muito concretas: -----

Considera, Senhor Presidente, adequado o tom daquela resposta, em particular a expressão “Chama-se a isso democracia”? -----

E, sobretudo, que medidas serão tomadas nos próximos eventos para assegurar que as necessidades específicas das pessoas com mobilidade reduzida são efetivamente salvaguardadas? -----

Porque o essencial não é discutir as opiniões políticas daquela visitante. É saber se a questão de acessibilidade que colocou tem fundamento e o que fará o Município para evitar que se repita. ---

Sr. Presidente, -----



É importante que os nazarenos saibam como e por que razão é gasto o dinheiro dos munícipes.

Na análise aos contratos de assessoria jurídica do Município, verificamos que, durante vários meses de 2026, coexistem dois contratos. -----

O primeiro, proveniente do anterior executivo, vigora até 31 de dezembro de 2026, tem como objeto “Assessoria Jurídica e Patrocínio Jurídico” e um encargo máximo de 65.977,20 euros, com IVA. -----

Apesar de esse contrato continuar em vigor, V. Ex.^a contratualizou, a 18 de agosto, uma segunda prestação de serviços, de “Assessoria Jurídica Especializada – Apoio ao Gabinete de Apoio à Presidência”, pelo valor de 18 mil euros, acrescido de IVA — 22.140 euros —igualmente com termo em 31 de dezembro de 2026. -----

Perante isto, Sr. Presidente, as perguntas são muito objetivas: -----

Primeira: estando já em vigor um contrato de assessoria e patrocínio jurídico, qual foi a necessidade concreta, superveniente e não satisfeita pelo contrato existente que justificou a contratação de uma segunda assessoria jurídica? -----

Segunda: quais são, concretamente, as matérias, tarefas e responsabilidades atribuídas ao Dr. Luís Franco que não estavam abrangidas pelo contrato já existente com o Dr. Vítor Faria? E onde está documentalmente demonstrada essa separação de funções, de forma a podermos excluir qualquer duplicação ou sobreposição de serviços pagos pelo Município? -----

Terceira: que avaliação de necessidade, custo-benefício e resultados esperados sustentou a decisão de acrescentar mais 22.140 euros de despesa com assessoria jurídica para um período de pouco mais de quatro meses? -----

E há ainda uma questão que considero particularmente relevante, Sr. Presidente. -----

-

O Município recorre a assessoria jurídica externa e, simultaneamente, existem matérias relativamente às quais são solicitados pareceres a entidades externas e independentes, designadamente à CCDR-LVT e à Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Por isso, importa perceber: que valor acrescentado concreto está o Município a obter com esta acumulação de assessorias e consultas jurídicas? -----

Não está aqui em causa, da minha parte, a competência ou o mérito profissional de qualquer advogado. Também não estou a afirmar, sem conhecer a resposta do executivo, que existe duplicação de serviços. -----

É precisamente isso que estou a perguntar. -----

O que está em causa é uma decisão de gestão e de utilização de recursos públicos. Existindo dois contratos jurídicos simultaneamente em vigor, é obrigação do executivo demonstrar de forma clara por que razão ambos são necessários, onde termina o âmbito de um e começa o do outro e qual é o benefício concreto para o Município da despesa adicional. -----

Porque quando falamos de dinheiro público, Sr. Presidente, não basta dizer que os contratos têm designações diferentes. É preciso demonstrar que correspondem a necessidades efetivamente diferentes. Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré pelo Partido Chega, Lúcia Loureiro”. -----

- **Usou da palavra a Senhora vereadora Fátima Duarte**, que cumprimentou todos e fez a sua intervenção: -----

“Começo por dar uma dar uma palavra de reconhecimento pelo sucesso desta edição ou de mais uma edição de animação de verão que terminou a semana passada. Uma iniciativa que considero ter cumprido plenamente os seus objetivos, destacando-se pela qualidade e pelo ecletismo da programação apresentada. Não posso deixar de realçar o empenho da Junta de Freguesia da Nazaré, em especial o seu Presidente Augusto Portugal bem como de todas as equipas municipais envolvidas cujo trabalho duro, dedicação e colaboração foram determinantes para o êxito desta iniciativa. Um agradecimento muito especial aos quatro ranchos folclóricos do Concelho e pela



sua participação. Com o seu contributo, ajudaram a preservar e a transmitir as tradições, as memórias e a identidade do nosso povo, enriquecendo estas celebrações com aquilo que de mais genuíno temos enquanto comunidade. Gostaria ainda de salientar a aposta na descentralização da programação através da utilização de dois palcos, uma opção que considero ter sido uma mais-valia, permitindo uma maior dinâmica dos eventos. Quero também destacar, a realização de mais uma edição do “NeXT Nazaré”, que eu trago aqui muitas vezes, por se tornar uma iniciativa que ajuda a juventude, uma iniciativa dirigida aos nossos jovens, que incentiva o empreendedorismo, a criatividade, a participação cívica e a sustentabilidade. -----

- Trata-se de um projeto, que merece ser valorizado por criar oportunidades para que os jovens desenvolvam competências, apresentem as suas ideias e se afirmem como agentes ativos na construção de um futuro da nossa comunidade. Quero ainda dar os parabéns ao Clube de Modelismo da Região de Leiria pela organização da quarta exposição de miniaturas atualmente patente no Centro Cultural da Nazaré. Esta é uma iniciativa que evidencia o talento, o rigor e a dedicação dos entusiastas do modelismo, proporcionando ao público a oportunidade de conhecer um universo tão rico e criativo. Aproveito também para deixar o convite a todos quantos ainda não visitaram a exposição, lembrando que a mesma estará aberta até ao próximo dia 13 de setembro, sendo uma excelente oportunidade para apreciar de perto o trabalho desenvolvido pelos seus criadores. -----

Quero aqui assinalar, algo que aconteceu no dia 3 de setembro, que foi os 43 anos do Porto de Abrigo da Nazaré, uma obra marcante, que transformou profundamente a vida da nossa comunidade e que foi inaugurada em 1983. Passadas mais de quatro décadas, continua a ser um símbolo da identidade da Nazaré e uma infraestrutura fundamental para a nossa economia e para todos aqueles que mantêm viva a ligação ao mar. Quero também falar do projeto “Retratos Imaginários” integrado no Programa Oeste Mais Cultura, que foi promovido pela comunidade internacional do Oeste, que teve na Nazaré, um importante momento de partilha, criatividade e

valorização da diversidade. Através da colaboração entre o Município, a Cercina e a Associação “Gritos da minha Dança” foi possível proporcionar uma experiência artística inclusiva inesquecível, que culminou numa apresentação pública profundamente enriquecedora para todos os participantes e para a comunidade. Deixo uma palavra de reconhecimento à comunidade intermunicipal do Oeste por continuar a investir em projetos que levam a cultura aos vários municípios da região, promovendo a participação, a inclusão e o acesso a todas as práticas artísticas e culturais. Embora, o senhor Presidente já tenha feito aqui referencia, quero também dar aqui a título pessoal, como cidadã, quer como vereadora, de manifestar a minha enorme satisfação pela reabertura do Museu Joaquim Manso. Quero dar nota, do concerto que resultou da geminação com Consdorf e que teve na oportunidade de assistir no passado dia 5 de setembro em Valado dos Frades. Foi, efetivamente um momento muito especial de encontro entre as comunidades, onde mais uma vez ficou provado que a música é uma linguagem universal, capaz de unir pessoas de diferentes países, culturas e gerações. Ver em palco o coro infantil de Consdorf e a orquestra juvenil de Valado dos Frades, foi um belo exemplo de como a cultura e a amizade podem fortalecer laços ao longo dos anos. Gostaria ainda de referir o concerto que este coro infantil de Consdorf realizou nas Festas de Nossa Senhora da Nazaré, onde brindou o público com uma excelente atuação, amplamente aplaudida, por todos os presentes, demonstrando a qualidade do seu trabalho, contribuindo para enriquecer ainda mais as celebrações. -----

Quero também falar das festas em honra de Nossa Senhora da Nazaré, e assinalar o seu regresso ao centro do Sítio, que lhe devolveu um enquadramento que faz parte da sua história, da sua tradição e da vivência de tantos nazarenos e visitantes. Destacar ainda, o extraordinário trabalho de todos os que contribuíram para o sucesso destas celebrações, o trabalho da Confraria da Nossa Senhora da Nazaré, o grupo de trabalho e a organização das entidades parceiras, aos voluntários e a todos aqueles que ajudaram a concretizar este grande evento. Dar nota que no



passado dia 7 de setembro, se realizou o Planetário da Nazaré, na Biblioteca José Soares, um evento com uma equipa de cinco investigadores, astrónomos tailandeses, que solicitaram o espaço para fazer esse evento. Estiveram presentes oito professores, da Nazaré, das Caldas da Rainha, Marinha Grande, Leiria e Batalha. Online, estiveram presentes professores e investigadores da Espanha, França, Inglaterra, Grécia, Irlanda, Tailândia, Bélgica e Alemanha, num total de 53 participantes. Que, este equipamento está a ter proporções a nível mundial e do qual nos devemos orgulhar muito". -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Sousinha**, que prestou alguns esclarecimentos. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Vereador Milton, sobre o relatório, informou que a mesma ainda não se encontrava concluída, mas que, logo que estivesse pronta, seria remetida.

- Mais informou que, relativamente à intervenção no passeio junto aos Bombeiros, estava previsto que o empreiteiro iniciasse os trabalhos no dia 15 de setembro, tendo, contudo, os Serviços Municipalizados solicitado o adiamento do início para o dia 1 de outubro, por necessitarem de executar uma conduta. Referiu que a intervenção contemplará a execução do passeio e a instalação de uma nova conduta, que fará a ligação entre a Paliteira e os Bombeiros. --

- Acrescentou que se tratará de uma obra com impacto significativo na circulação do trânsito naquela zona, designadamente pela presença de máquinas e pelas diversas condicionantes que terão de ser acauteladas. Informou ainda que a referida intervenção estava prevista para o dia 16 de setembro, no período noturno, de forma a minimizar os constrangimentos ao trânsito. -----

- Relativamente ao Plano Diretor Municipal (PDM), deu nota de que a Conferência Decisória da REN havia sido encerrada no dia 26 de agosto, encontrando-se a aguardar a disponibilização da respetiva ata. Informou que, após a sua disponibilização, a equipa do Plano dará continuidade aos trabalhos, prevendo-se, depois de concluído o processo, a submissão do PDM a discussão pública. -----

- Esclareceu ainda, que o PDM não foi objeto de alterações, pelo que será levado a discussão pública tal como se encontrava, evitando-se, dessa forma, a necessidade de o fazer regressar a uma fase inicial, o que poderia criar alguns constrangimentos financeiros ao nível das candidaturas do próprio Município. -----

- Relativamente à questão colocada pela Senhora Vereadora Vanda, informou que iria procurar perceber a situação, uma vez que existe um conjunto de pedidos dirigidos à E-Redes para substituição e/ou reforço. Referiu ter conhecimento de que se encontram equipas no terreno a proceder a substituições, pelo que iria averiguar o ponto de situação. -----

- Quanto às podas, informou que as mesmas se encontram previstas, não tendo ainda sido efetuadas por não se ter atingido o período adequado para a sua realização. Esclareceu que, de acordo com os técnicos, as podas deverão ser efetuadas em dois períodos distintos. Acrescentou que esta situação se encontra acautelada, mas que iria reforçar a necessidade da sua execução, considerando ser uma questão importante. -----

- **Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara**, que prestou os seguintes esclarecimentos: ----

-Relativamente à candidatura da Escola Amadeu Gaudêncio, informou que a mesma se encontra em fase de análise, tendo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) transmitido a expectativa de que poderá haver uma resposta até meados de novembro. Recordou que, conforme já referido numa anterior reunião de Câmara, se verificaram atrasos, por parte do Ministério, na análise das candidaturas relativas à Prioridade 1 (P1), tendo ocorrido igualmente atrasos na Prioridade 2 (P2), na qual se enquadra a candidatura em causa. Nesse sentido, manifestou a expectativa de que, nas próximas semanas, seja possível obter uma resposta definitiva. Acrescentou que, independentemente da decisão, o Município já avançou com os procedimentos necessários, incluindo a preparação do procedimento interno que terá de ser aberto, conforme anteriormente comunicado ao Executivo Municipal. -----



- Relativamente ao funicular, reiterou que a receção provisória da obra tinha obrigatoriamente de ocorrer até 31 de agosto, tendo a mesma sido concretizada na semana anterior. Referiu que os trabalhos se encontram praticamente concluídos, destacando o esforço desenvolvido pelo empreiteiro geral e por vários subempreiteiros das diferentes especialidades, com vista ao cumprimento dos prazos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), atendendo aos montantes envolvidos na operação. Informou que o Município aguarda a emissão do respetivo auto de receção provisória, cuja entrada se prevê para essa semana, de modo a poder proceder ao último pagamento, que estimou em cerca de 1.400.000,00 €. Acrescentou que o objetivo consiste em concluir, até ao final do ano, todas as certificações, os ensaios e os demais procedimentos necessários, prevendo-se a abertura do equipamento em janeiro de 2027. -----

- Relativamente ao Polo de Saúde de Famalicão, esclareceu que o processo apresenta um atraso mais significativo. Informou que foi apresentado um relatório que apontava para uma execução da obra próxima dos 90%, situação que permitiria salvaguardar o projeto no âmbito do PRR. Referiu que, na semana anterior, o Município foi contactado pela Comissão responsável pelo PRR, com o objetivo de averiguar se, durante a semana em curso, seria possível concluir mais alguns trabalhos e proceder à receção provisória da obra. -----

- Acrescentou que iria decorrer, durante essa semana, uma reunião com o empreiteiro geral, com vista à resolução dos constrangimentos existentes. Reconheceu que, no âmbito dos projetos do PRR nas áreas da saúde e da educação, foram concedidas algumas prorrogações e flexibilizações dos prazos de execução. Ainda assim, considerou que a obra se encontra na fase final, embora tenha reconhecido as dificuldades sentidas no relacionamento com o empreiteiro, que classificou como particularmente complexas. Explicou que o Município procura levar o processo até ao fim com o atual empreiteiro, uma vez que a sua substituição, nesta fase ou mesmo alguns meses antes, teria acarretado dificuldades acrescidas. Recordou, por fim, que a adjudicação da obra ao

mesmo empreiteiro terá ocorrido, salvo erro, em maio de 2025, pelo anterior Executivo Municipal. -----

- Relativamente ao relatório de execução do evento Beach Soccer, informou que o documento se encontra praticamente concluído, faltando apenas esclarecer alguns aspetos relacionados com determinados centros de custo. Manifestou a expectativa de que o relatório final pudesse ser apresentado na reunião de Câmara seguinte ou, caso tal não fosse possível, na subsequente, atendendo também à ausência de alguns intervenientes por motivo de férias. -----

- Relativamente às intervenções nas vias municipais, e na sequência das questões colocadas pelo Senhor Vereador, referiu o caso da rotunda junto aos Bombeiros, cuja intervenção já se encontra contratada há algum tempo, tendo sido adjudicada ao mesmo empreiteiro responsável pelos trabalhos em Valado dos Frades. Explicou que, estando inicialmente previsto o início dos trabalhos em junho, foi solicitado ao empreiteiro que interviesse primeiro em Valado dos Frades e, posteriormente, na Nazaré. -----

- Entretanto, os serviços municipais identificaram a possibilidade de ser necessário proceder à substituição de algumas condutas, situação que está a ser avaliada no âmbito de várias intervenções previstas na Nazaré. Salientou que o Município pretende evitar intervenções meramente superficiais, que se traduzam apenas na requalificação dos passeios ou na aplicação de novos pavimentos, sem que sejam previamente renovadas as infraestruturas básicas existentes no subsolo. -----

- Reafirmou que este princípio continuará a orientar a atuação municipal e que se encontram em estudo várias artérias da Nazaré que necessitam de intervenção. Como exemplo, referiu a via que liga a referida rotunda a rotunda da Pederneira, sublinhando a existência de numerosas infraestruturas básicas que carecem de substituição. Assim, considerou que não seria adequado avançar apenas com a aplicação de um novo pavimento sem resolver previamente essas necessidades. -----



- Relativamente à concessão da Pedralva, informou que passaria a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Miguel Sousinha, para que este pudesse acrescentar esclarecimentos sobre o assunto. -----
- Relativamente às Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, e em resposta às declarações do Senhor Vereador Milton Estrelinha, que considerou que o atual Executivo estaria a assumir prematuramente uma posição de vitória quanto ao regresso das festas ao Sítio, esclareceu que tal não corresponde à posição do Executivo. -----
- Explicou que as manifestações de satisfação registadas nos últimos dias resultam, em grande medida, do empenho de toda a equipa municipal e da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, que, em cerca de dois meses, conseguiu preparar uma infraestrutura e uma zona que não se encontravam devidamente adaptadas à realização das festividades. -----
- Recordou que a intenção inicial era concretizar a transição das festas num momento posterior, tendo sido necessário antecipar esse processo em cerca de um ano, na sequência dos acontecimentos relacionados com a Bonarte. O ano de 2026 deveria ter sido dedicado à preparação das infraestruturas e à organização das condições necessárias à mudança. -----
- Acrescentou que o presente ano deve ser encarado como um ano de aprendizagem, durante o qual importa identificar os aspetos a melhorar, recolher as opiniões da população e avaliar se o regresso das festas ao Terreiro corresponde efetivamente às expectativas da comunidade. Considerou que a satisfação do Executivo reside, sobretudo, na perceção de que a população desejava este regresso. -----
- Referiu ainda que será necessário desenvolver um trabalho significativo de preparação para a edição de 2027, procurando ultrapassar os constrangimentos identificados durante a realização das festas no corrente ano. Manifestou, contudo, o seu orgulho pelo trabalho desenvolvido num período tão reduzido, reconhecendo os riscos associados à ausência de um período de preparação mais alargado, agradeceu, de forma particular, à população do Sítio pela

compreensão demonstrada relativamente aos aspetos que não decorreram da melhor forma, salientando que a mudança foi realizada num curto espaço de tempo, com o objetivo de assegurar a realização digna das Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, indo ao encontro de uma aspiração manifestada pela população ao longo de vários anos. -----

- Relativamente ao processo de contaminação da água e ao relatório da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em resposta à questão colocada pelo Senhor Vereador João Graça, informou que o Município já solicitou um relatório mais detalhado sobre a ocorrência. Acrescentou que contactou igualmente a APA, tendo manifestado formalmente a intenção de realizar uma reunião com aquela entidade até ao final do mês de setembro, com o objetivo de apurar as circunstâncias em que ocorreu a situação. -----

- Salientou que, independentemente da existência do relatório, importa analisar eventuais alterações aos procedimentos atualmente adotados, uma vez que situações desta natureza afetam não apenas a Nazaré, mas também as restantes praias do concelho. Recordou que, na última semana de agosto, ou nas duas semanas anteriores, se encontravam interditas cerca de 60 praias em todo o país, embora tenha ressalvado não dispor de informação que permitisse confirmar se todas essas interdições decorreram de circunstâncias semelhantes às verificadas na Nazaré. -----

- Defendeu, assim, a necessidade de obter informação detalhada que permita compreender o sucedido e preparar uma resposta adequada perante eventuais ocorrências futuras. Reconheceu que podem ocorrer erros, mas considerou fundamental a existência de mecanismos de prevenção e de resposta que evitem consequências tão gravosas para a população, para o território, para a economia local e para quem visita o concelho. Neste contexto, sublinhou a importância de estabelecer um plano de contingência, referindo que já havia transmitido esta posição. -----



- Relativamente às questões colocadas pela Senhora Vereadora Vanda Santos, designadamente quanto à falta de iluminação junto às Piscinas Municipais e às consequências da poda das árvores para a iluminação na zona da Biblioteca Municipal, solicitou ao Senhor Vice-Presidente, Miguel Sousinha, que o auxiliasse na prestação dos esclarecimentos, tendo este informado que já havia respondido às questões em causa. -----
- De seguida, abordou a participação das associações nas Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, questão igualmente suscitada pelas Senhoras Vereadoras Vanda Santos e Senhora Vereadora Fátima. Considerou que o envolvimento das associações constitui um aspeto muito positivo da edição deste ano, que classificou como um ano inicial de implementação do novo modelo, preferindo a designação de «ano zero». -----
- Manifestou a expectativa de que, na edição de 2027, seja possível alargar a participação a um maior número de associações. Esclareceu que as associações que ocupam espaços no recinto das festas não pagam qualquer valor pela respetiva utilização, decisão que assumiu desde o início, por considerar fundamental proporcionar-lhes uma oportunidade de angariar receitas que contribuam para o desenvolvimento das suas atividades ao longo do ano. Manifestou o desejo de que a participação nas festividades esteja a revelar-se proveitosa para as associações envolvidas.
- Continuou, que, em resposta às questões colocadas pela Senhora Vereadora Lúcia Loureiro, eleita pelo CHEGA, começou por esclarecer a existência de contratos de assessoria jurídica externa celebrados pelo Município. -----
- Informou que a Câmara Municipal da Nazaré dispõe de três contratos de assessoria jurídica, e não apenas de dois. Explicou que um desses contratos foi solicitado pelo Departamento de Planeamento Urbanístico (DPU), com o objetivo de assegurar um acompanhamento jurídico especializado dos diversos processos e projetos submetidos à apreciação dos serviços municipais, considerando que aquele departamento necessitava, há já algum tempo, de reforçar a sua capacidade de resposta nesta área. -----

Acrescentou que o Município tem igualmente um contrato com o escritório de advogados do Dr. Vítor Faria, no âmbito do qual são acompanhados cerca de 20 processos judiciais. Sublinhou que o trabalho desenvolvido por este advogado assume sobretudo uma natureza de assessoria judicial, distinguindo-o da assessoria contratada ao Dr. Luís Franco, especialista em Direito Administrativo. A este propósito, explicou que a contratação de assessoria especializada em Direito Administrativo teve como objetivo prevenir e enquadrar juridicamente situações complexas, dando como exemplo a questão do alojamento local, anteriormente discutida em reunião de Câmara. Referiu que, atendendo à sua experiência ainda recente no exercício de funções autárquicas, considerou importante dotar o Município de acompanhamento jurídico específico nesta matéria. Reiterou, assim, que a autarquia dispõe de três contratos de assessoria jurídica externa. -----

- De seguida, pronunciou-se sobre a questão de um correio eletrónico enviado por um munícipe e a respetiva resposta municipal, esclarecendo que, na sua interpretação, a intervenção inicial do munícipe continha considerações de natureza política, às quais o Município respondeu no mesmo contexto. Para fundamentar a sua posição, procedeu à leitura do correio eletrónico enviado pelo munícipe, defendendo que a análise integral da mensagem permitia compreender o enquadramento da resposta apresentada. -----

- Abordou ainda a questão do estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, suscitada no contexto das Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré. Reconheceu a pertinência da sugestão apresentada pelo munícipe e manifestou a disponibilidade do Executivo para a considerar na preparação da edição do próximo ano. -----

- Salientou, contudo, que a zona do Sítio da Nazaré necessitará, nos próximos tempos, de intervenções e de uma estratégia integrada em matéria de mobilidade, acrescentando que o Município se encontra igualmente a trabalhar nessa área. -----



Por fim, questionou o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sousinha, sobre a possibilidade de acrescentar esclarecimentos relativamente ao processo da Pedralva. -----

-Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sousinha, que, relativamente ao processo da Pedralva, informou que o Município se encontrava a aguardar a indicação, por parte do concessionário, do respetivo interlocutor jurídico, de modo a permitir o prosseguimento das negociações entre os representantes legais das partes. -----

-Recordou que, juntamente com a Dra. Helena Pola e o Arquiteto Paulo Contente, participaram numa reunião com os advogados - Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, Portugal, que acompanha o processo desde o seu início. Referiu que o período de férias terá contribuído para algum atraso e manifestou a expectativa de obter a referida indicação até ao final da semana, a fim de a transmitir aos advogados do Município e permitir a continuação das diligências com vista à obtenção de um entendimento. -----

- Reiterou que a posição do Executivo é a de procurar que a concessão da Pedralva regresse à esfera municipal, considerando, contudo, necessário agir com prudência, tendo em conta a existência do contrato de concessão e a necessidade de avaliar juridicamente o seu cumprimento. -----

- Acrescentou que, de acordo com as indicações transmitidas pelos advogados que acompanham o processo, uma eventual decisão de recuperar a concessão poderá implicar custos financeiros mais elevados para o Município, designadamente em resultado de possíveis processos judiciais. Salientou que os advogados em causa acompanham o processo desde o início, ainda durante o mandato do anterior Executivo, pelo que o Município deverá seguir as orientações jurídicas recebidas e procurar uma solução devidamente fundamentada. -----

- Concluiu manifestando a expectativa de que seja possível alcançar um entendimento no mais curto prazo, reconhecendo que o desejo de todos seria resolver a situação de imediato. -----

-Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha, que começou por agradecer os esclarecimentos prestados, bem como a informação anteriormente remetida aos Senhores Vereadores, por correio eletrónico, relativamente ao Polo de Saúde de Famalicão e ao funicular. Reconheceu que não havia referido essa informação na sua intervenção inicial, considerando, contudo, que a mesma deveria ter sido mencionada. -----

Relativamente ao Polo de Saúde de Famalicão, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse uma aparente divergência entre a informação prestada verbalmente e os elementos constantes do correio eletrónico partilhado com os Vereadores. Referiu ter compreendido que o Senhor Presidente apontara para uma execução da obra próxima dos 90%, mas chamou a atenção para a informação transmitida por um técnico municipal, segundo a qual seria praticamente impossível fornecer e instalar os equipamentos necessários para atingir um nível de faturação igual ou superior a 90%. -----

- Neste contexto, salientou que, de acordo com os elementos de que dispunha, a execução da empreitada se situaria em aproximadamente 60%, solicitando um esclarecimento sobre esta diferença. Acrescentou que não pretendia atribuir responsabilidades sem o devido enquadramento, referindo que a obra vinha do mandato do anterior Executivo e que o processo havia sido acompanhado, à data, em articulação com a Junta de Freguesia de Famalicão. Observou ainda que o atual Presidente daquela Junta integrava o Executivo então em funções, tendo existido comunicação e acompanhamento do processo entre as entidades envolvidas. -----

- Quanto ao relatório de execução do evento Euro Winners Cup, referiu que aguardaria a sua apresentação, manifestando estranheza pelo facto de o documento ainda não ter sido disponibilizado, uma vez que, segundo as informações transmitidas, estaria praticamente concluído. Considerou, contudo, mais importante que o relatório fosse efetivamente apresentado na próxima reunião de Câmara, conforme anunciado. -----



- No que respeita às intervenções nas vias municipais, reconheceu a importância de avaliar o estado das infraestruturas subterrâneas antes de proceder à pavimentação, concordando com o princípio de evitar intervenções meramente superficiais. Nesse sentido, questionou se, no passado, quando pretendia promover a pavimentação de determinadas ruas do concelho, existia articulação com os Serviços Municipalizados, designadamente através do Engenheiro Tiago Pimpão, para avaliar a necessidade de intervenção nas redes de infraestruturas. -----
- Aproveitou para reiterar a importância do planeamento e da definição de uma estratégia de intervenção, questionando se o atual Executivo já tinha iniciado esse trabalho e se havia contactado as Juntas de Freguesia para identificar as artérias consideradas prioritárias. Esclareceu que a sua intenção era precisamente obter informações sobre a existência de um plano de atuação e de um fio condutor para as intervenções, evitando limitar-se a apontar posteriormente eventuais falhas de planeamento. Sublinhou que esta postura correspondia à sua forma de exercer uma oposição que considera leal e construtiva. -----
- Relativamente às Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, fez questão de esclarecer que é favorável ao regresso das festividades ao Sítio, referindo que já havia transmitido essa posição à Senhora Vereadora Fátima no dia da inauguração. Assinalou, contudo, a ausência do Senhor Presidente da Câmara nesse momento e salientou que existiam aspetos a melhorar, os quais deveriam ser discutidos conjuntamente. -----
- Rejeitou, assim, a interpretação de que estaria contra a realização das festas no Sítio, afirmando que, enquanto pessoa ligada àquela comunidade, tem acompanhado com satisfação o dinamismo verificado na localidade. Manifestou a expectativa de que os Vereadores da oposição sejam envolvidos na análise e preparação das próximas edições, de modo a contribuir para a identificação e resolução dos problemas existentes. -----
- A este propósito, referiu a questão da emissão dos selos de residente do Sítio, recordando ter alertado anteriormente, em reunião de Câmara, para a necessidade de promover sessões de

esclarecimento, distribuir folhetos informativos, recorrer ao Posto de Turismo e estabelecer contacto direto com a população, permitindo que os residentes tratassem atempadamente dos procedimentos necessários. -----

- Agradeceu publicamente aos funcionários municipais envolvidos no processo de emissão dos selos, reconhecendo o esforço desenvolvido perante a elevada procura, que referiu ter envolvido cerca de mil emissões. No entanto, considerou que uma melhor divulgação prévia da informação poderia ter contribuído para evitar a pressão posteriormente sentida pelos serviços municipais.

- Reiterou, que a implementação deste mecanismo deve ser encarada como uma oportunidade para testar os procedimentos adotados, identificar eventuais falhas e introduzir as melhorias necessárias, de forma a prevenir dificuldades semelhantes nas próximas edições das festividades.

- Referiu compreender que o Senhor Presidente da Câmara se encontrava há pouco tempo no exercício das suas funções, embora considerasse que este fazia questão de o salientar por diversas vezes. Relativamente à participação das associações nas festas do Sítio, afirmou que, tanto quanto era do seu conhecimento, estas nunca tinham pagado para participar, manifestando, por isso, não compreender a posição assumida sobre esta matéria. -----

- No que respeita às acessibilidades, salientou que a questão não se limitava ao estacionamento, fazendo também referência à intervenção da Senhora Vereadora Lúcia Loureiro. A título de exemplo, apontou a escadaria que liga a zona inferior do Ascensor da Nazaré à Rua 25 de Abril, referindo que uma pessoa em cadeira de rodas não consegue utilizá-la. Considerando o ascensor um importante ativo turístico do concelho, solicitou que, no âmbito do plano de acessibilidades mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara, fosse contemplada esta situação, bem como outras escadarias existentes no concelho, com vista a permitir que as pessoas com mobilidade reduzida possam circular com maior autonomia ou, quando necessário, com o apoio dos seus familiares. -----

- Relativamente ao processo da Pedralva, dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, referiu que já



havia suscitado esta questão em reuniões anteriores, sendo aquela, salvo erro, a terceira vez que o fazia. Recordou que, na primeira ocasião, não existiam respostas disponíveis, tendo compreendido a situação, uma vez que o Senhor Vice-Presidente se comprometera a inteirar-se do assunto. Acrescentou que, numa segunda ocasião, possivelmente em junho ou julho, voltou a abordar o tema, admitindo, contudo, poder estar equivocado quanto à data. Nessa altura, o Senhor Vice-Presidente teria igualmente referido a necessidade de recolher mais informações, tendo também intervindo a Senhora Doutora Helena Pola. Lamentou que, na presente reunião, a situação permanecesse inalterada, tendo ficado com a perceção, através da intervenção do Senhor Vice-Presidente, de que os advogados do Município ainda não tinham conseguido identificar quem representaria a entidade concessionária, pelo que o processo continuava a aguardar desenvolvimentos. -----

- Por fim, dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara o desafio de reforçar os procedimentos protocolares e institucionais, eventualmente através do respetivo Gabinete de Apoio, de modo a assegurar que, nas cerimónias oficiais para as quais fossem convidados, todos os eleitos locais recebessem o tratamento institucional adequado. -----

Usou da palavra Senhor Presidente da Câmara Municipal onde solicitou ao Senhor Vereador Milton Estrelinha que concretizasse a última questão suscitada, por não ter compreendido a situação a que este se referia. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha esclareceu que se referia aos convites e ao protocolo observado nas cerimónias oficiais. Referiu que, pelo menos no seu caso, não tinha a certeza de ter recebido o convite para o dia 8, admitindo, contudo, poder estar equivocado. Acrescentou que, na sexta-feira, aquando da abertura das festas, já havia comunicado ao Chefe de Gabinete que estaria presente, mesmo antes de receber o correio eletrónico. -----

- Explicou que, à chegada à igreja do Sítio, para assistir à missa, correspondente ao terceiro momento do programa, se verificou uma situação que considerou desagradável. Sublinhou que,

embora tal pudesse ser entendido como uma mera formalidade, considerava importante que todos os eleitos locais, enquanto representantes da população da Nazaré, fossem tratados com o devido respeito institucional. -----

- Referiu que o convite tinha sido enviado pelo Gabinete de Apoio à Presidência, procedendo à sua leitura. Defendeu que, tratando-se de um convite institucional, emitido em nome do Senhor Presidente da Câmara, deveria existir maior cuidado na preparação dos convites e na organização das cerimónias, de forma a evitar situações constrangedoras. Acrescentou que o Senhor Vereador João Graça também se encontrara envolvido na situação, tendo acabado por sair da igreja. Concluiu, reiterando que o protocolo autárquico e institucional deveria ser respeitado. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Senhor Vereador Milton Estrelinha se encontrava sentado. Esclareceu, de seguida, que a organização dos lugares na igreja tinha sido da responsabilidade da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, independentemente do convite enviado pelo Município para a missa. Solicitou, por duas vezes, ao Senhor Vereador que não o interrompesse. -----

- Acrescentou que não atribuíra particular importância ao lugar que ocupava nas cerimónias, afirmando que, para si, era indiferente ficar na primeira, segunda ou oitava fila, pois o que verdadeiramente lhe dava satisfação era ver as iniciativas concretizadas. Referiu compreender, ainda assim, que a situação pudesse ter causado constrangimento, manifestando o seu pedido de desculpas caso o Município não tivesse dispensado ao Senhor Vereador o tratamento que este considerava adequado. -----

- O Senhor Presidente da Câmara aludiu também à questão da sua ausência no momento do corte da fita, aquando da inauguração das Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, afirmando que não considerava necessária a sua presença nesse ato. -----



- Seguidamente, referiu que o Senhor Vereador Milton Estrelinha o acusava frequentemente de trazer para as reuniões assuntos relativos a mandatos anteriores, mas que era também o próprio Senhor Vereador quem recorria a situações do passado nas suas intervenções. -----

- A propósito do processo da Pedralva, questionou o Senhor Vereador sobre a data de início do procedimento e sobre o tempo de que o anterior executivo dispusera para resolver a situação. Referiu que, pelo menos durante os quatro anos em que o Senhor Vereador integrara o executivo anterior, o processo não fora resolvido, acrescentando que o atual executivo se encontrava em funções há cerca de dez meses. Sublinhou ainda que o Senhor Vice-Presidente vinha desenvolvendo contactos com os serviços, com o promotor e com outras entidades envolvidas, com vista ao acompanhamento do processo, cuja origem situou em 2018. -----

- Relativamente à participação das associações nas Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, agradeceu ao Senhor Vereador a informação prestada sobre a prática anteriormente seguida, referindo que desconhecia que as associações não pagavam para participar. Acrescentou que considerava útil a partilha de informações relativas a mandatos anteriores, desde que relevantes para a apreciação dos assuntos em discussão, reiterando, contudo, que o Senhor Vereador não deveria censurá-lo por recorrer a factos do passado quando também o fazia nas suas intervenções. -----

- Concluiu a sua intervenção, referindo não ter mais nada a acrescentar sobre as matérias abordadas. Tendo sido informado de que o tempo disponível já se encontrava esgotado, questionou se algum dos restantes membros pretendia intervir, antes de se dar por concluído o período de intervenção anterior à ordem do dia. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro começando por se pronunciar sobre os contratos que lhe tinham sido remetidos. Esclareceu que lhe haviam sido enviados dois contratos e que o seu trabalho se baseava na documentação disponibilizada pela Câmara Municipal. Considerou que, caso existissem documentos em falta, tal situação seria da responsabilidade do

Senhor Presidente da Câmara, por não ter acompanhado devidamente a documentação enviada aos vereadores, e não da vereação. Manifestou ainda a sua discordância relativamente ao tom utilizado pelo Senhor Presidente, acrescentando que não lhe reconhecia a humildade por este invocada. -----

- No que respeita ao Código do Procedimento Administrativo, afirmou que não aceitava lições sobre uma matéria que fazia parte da sua área de conhecimento e que estudava regularmente. Acrescentou que não fazia considerações sobre a atuação do Senhor Presidente, por reconhecer o respetivo enquadramento legal, afirmando conhecer os direitos e deveres decorrentes daquele regime jurídico. Solicitou, assim, ao Chefe de Gabinete da presidência, Senhor Doutor Joaquim Paulo, que lhe fosse remetida a restante documentação, que, possivelmente por lapso, não lhe teria sido enviada. -----

- Relativamente ao correio eletrónico anteriormente referido, declarou acompanhar as considerações do Senhor Vereador Milton Estrelinha. Contestou a interpretação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, esclarecendo que o excerto por este lido correspondia à conclusão, e não à introdução da mensagem. Defendeu que o conteúdo deveria ser analisado na sua totalidade, de modo a permitir uma interpretação adequada do respetivo sentido. -----

- Acrescentou que a mensagem tinha sido enviada por uma visitante da Nazaré, e não por uma munícipe, salientando que se tratava de alguém que visitava regularmente a localidade, sempre que possível, e que manifestava apreço pela terra, devendo, por esse motivo, ser tratada com o mesmo respeito devido a qualquer outra pessoa. Procedeu à leitura do restante conteúdo da mensagem, concluindo que a parte final já havia sido lida pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Por último, referiu considerar que as questões anteriormente colocadas não tinham sido, na sua maioria, respondidas, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse esclarecimentos sobre a questão do manto de flores. -----

Usou da palavra o Senhor Joaquim Paulo, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, que



depois de cumprimentar os presentes e referindo que, uma vez que estavam a ser lidas mensagens de correio eletrónico, considerava importante clarificar o teor dos pedidos efetuados.

- Dirigindo-se à Senhora Vereadora Lúcia Loureiro, esclareceu que o pedido que esta lhe havia dirigido, sob o assunto: “Custos com pareceres jurídicos externos”, visava exclusivamente obter informação sobre os custos suportados pelo Município com cada um dos pareceres jurídicos externos solicitados, designadamente no que respeitava ao parecer da CCDR relativo à questão da falta de quórum. -----

- Referiu que o pedido tinha sido respondido com brevidade e que a informação solicitada havia sido disponibilizada na sua totalidade. Esclareceu, contudo, que a Senhora Vereadora não tinha solicitado o envio de todos os contratos de assessoria jurídica existentes no Município, mas apenas informação relativa aos custos dos pareceres jurídicos em causa. Acrescentou que, caso tivesse sido solicitado o envio de todos os contratos de assessoria jurídica, os serviços teriam prestado essa informação de imediato. -----

- Concluiu, afirmando que a formulação dos pedidos era importante para que se pudesse compreender com precisão a informação pretendida. Ainda assim, na sequência do esclarecimento prestado pela Senhora Vereadora, informou que iria solicitar ao Senhor Doutor Ricardo Caneco que providenciasse o envio do contrato em falta, o qual, tanto quanto se recordava, já existia há vários meses. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro**, que agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência. Explicou, contudo, que, ao receber os contratos e a respetiva justificação, relativa não apenas aos custos, mas também aos contratos existentes, tinha entendido, de boa-fé, que lhe haviam sido enviados todos os contratos de assessoria jurídica relacionados com o assunto em questão. Esclareceu que essa interpretação resultara do facto de a informação recebida fazer referência a contratos, e não apenas a custos. Terminou, reiterando o seu agradecimento pela resposta prestada. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço** onde esclareceu que a confeção da passadeira de flores, habitualmente colocada até à Capelinha da Memória, nunca tinha sido da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim da Junta de Freguesia, contando também com a participação da população. -----

- Acrescentou que, enquanto munícipe e nazarena, tinha conhecimento direto dessa participação, referindo que as pessoas que pretendiam contribuir ofereciam flores à florista responsável pela elaboração da passadeira, cujo trabalho considerou notável. Concluiu que a questão deveria ser colocada junto das entidades competentes, em sede própria. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha** solicitando à Senhora Vereadora Fátima Lourenço que repetisse a resposta, por não a ter ouvido. Após a mesma ter reiterado os esclarecimentos prestados, o Senhor Vereador questionou-a sobre o motivo pelo qual se encontrava a rir. -----

- Na sequência, esclareceu que não pretendia afirmar que a Câmara Municipal também participava na elaboração da passadeira de flores. Contudo, considerou que a informação apresentada não correspondia inteiramente à realidade, na medida em que, segundo o seu conhecimento, o arruamento junto à igreja, ao qual julgava que a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro se referia, era da responsabilidade da Junta de Freguesia, enquanto a população contribuía para a elaboração da passadeira nos restantes arruamentos do Sítio. Ressalvou, todavia, a possibilidade de estar equivocado, considerando que a questão poderia ser esclarecida junto das entidades competentes. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço onde respondeu que o Senhor Vereador Milton Estrelinha estava equivocado, reiterando que falava com conhecimento direto e na primeira pessoa, uma vez que, enquanto munícipe, oferecia regularmente flores para a



elaboração da passadeira, sabendo que outras pessoas faziam o mesmo. Acrescentou que essa participação não era necessariamente divulgada publicamente. -----

- Aproveitou ainda a ocasião para esclarecer que a escadaria de acesso ao ascensor, referida anteriormente pelo Senhor Vereador Milton Estrelinha, não apresentava limitações de acessibilidade apenas recentemente, tratando-se de uma situação que se verificava há muitos anos. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha** que explicou que tinha conhecimento de que a situação da escadaria era antiga. Acrescentou que, embora pudesse ser mais cómodo para alguns que permanecesse em silêncio, considerava que o exercício da oposição implicava identificar e levar à reunião de Câmara questões que entendessem merecer atenção, tendo sido esse o motivo pelo qual decidira suscitar o assunto. -----

- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, afirmou que considerava inadequado que o debate político passasse para o plano pessoal, referindo-se às afirmações anteriores segundo as quais procuraria protagonismo e teria preferência por ocupar a primeira fila nas cerimónias. Esclareceu que nunca tinha afirmado tal pretensão, reconhecendo ao Senhor Presidente a liberdade de formular as suas próprias considerações, tal como também lhe assistia o direito de formar as suas opiniões. -----

- Reiterou que aceitava a explicação de que a organização dos lugares na igreja tinha sido da responsabilidade da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré. Contudo, salientou que o convite que lhe fora enviado pelo Município da Nazaré, em nome do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, contemplava quatro momentos distintos do programa das celebrações. -----

- Defendeu que, na qualidade de vereador eleito para a Câmara Municipal da Nazaré, deveria ter sido assegurado um lugar sentado aos membros do executivo presentes na cerimónia. Esclareceu que não estava em causa a primeira, a segunda ou a terceira fila, mas sim o facto de os

vereadores terem chegado ao local e não saberem onde se deveriam sentar, situação que considerou embaraçosa. Reiterou, por isso, que a sua intervenção visava alertar para a necessidade de maior cuidado na organização de futuras cerimónias, sublinhando que não procurava protagonismo. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro começou por agradecer à Senhora Vereadora Fátima Lourenço os esclarecimentos prestados relativamente à passadeira de flores. Manifestou o entendimento de que a população não deveria ser responsabilizada pela sua elaboração, salientando que os contributos individuais, quando existiam, resultavam da fé e da devoção de cada pessoa, não constituindo uma obrigação. -----

- Esclareceu que a questão que havia colocado ao Senhor Presidente da Câmara era a de saber qual tinha sido a disponibilidade do Município para colaborar ou encontrar uma solução quando se apercebeu de que a passadeira de flores não iria ser elaborada. Solicitou, assim, esclarecimentos sobre a intervenção do Senhor Presidente e do Município relativamente a esta situação. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal** que respondeu onde ninguém lhe tinha comunicado anteriormente a questão da passadeira de flores e que, sinceramente, nem sequer se recordava de que esta tradição se realizava. Referiu que apenas tivera conhecimento do assunto através de uma publicação que lhe haviam mostrado, relativa à passadeira elaborada em anos anteriores. -----

- Agradeceu à Senhora Vereadora Lúcia Loureiro por ter trazido o tema à reunião, acrescentando que, até àquele momento, ninguém o tinha informado diretamente da situação. Garantiu que, no ano seguinte, o Município voltaria a contactar a Junta de Freguesia, a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e as restantes entidades envolvidas, com o objetivo de encontrar uma solução para a continuidade da passadeira de flores. -----



- Relativamente ao Senhor Vereador Milton Estrelinha, afirmou que, caso o tivesse ofendido, apresentava novamente as suas desculpas. Acrescentou, contudo, que, tendo o Senhor Vereador referido anteriormente a sua ausência no momento do corte da fita, considerara pertinente abordar também a questão do protocolo e dos lugares na igreja, reiterando que não atribuía importância pessoal ao lugar que ocupava nas cerimónias. -----
- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha** que interveio novamente, esclarecendo que tinha notado a ausência do Senhor Presidente da Câmara no momento do corte da fita, uma vez que considerava importante a sua presença e que nutria consideração pela sua pessoa. Afirmou que era o Senhor Presidente quem estava a interpretar negativamente as suas palavras, não existindo, na sua perspetiva, necessidade para tal. -----
- Acrescentou que ficava satisfeito por verificar que o Senhor Presidente começava a sorrir nas reuniões de Câmara, considerando que essa evolução contribuía para manter a serenidade e evitar o agravamento das relações entre os intervenientes. -----
- Reiterou que não tinha feito qualquer referência à primeira ou à segunda fila, esclarecendo que o cumprimento do protocolo não dependia de preferências pessoais, gostos ou manias, tratando-se de uma questão regulamentada que deveria ser observada nos atos oficiais. Referiu ainda que o Senhor Vice-Presidente parecia concordar com esta posição, atendendo ao gesto que havia feito com a cabeça. -----
- **Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente**, confirmando que o protocolo constituía uma questão relevante nas situações em que a organização da cerimónia fosse da responsabilidade do Município, explicando também a sua visão. -----
- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha** interveio novamente, afirmando que o convite tinha sido enviado pelo Município aos vereadores, pelo que seria natural que estes entendessem que a organização dos momentos nele previstos era da responsabilidade municipal.

Dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, acrescentou que, caso este não tivesse recebido a mensagem de correio eletrónico, poderia reencaminhá-la para que pudesse verificar o respetivo conteúdo. Reiterou que, tendo recebido o convite do Município, entendia que era o Município que os estava a convidar para a cerimónia. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Vanda Santos** referindo que já tinha abordado informalmente a questão do protocolo com o Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência. Esclareceu que compreendia que a cerimónia decorria no interior da igreja e que, pessoalmente, teria assistido à mesma com todo o gosto, independentemente do lugar onde se encontrasse, considerando que se tratara de uma cerimónia muito bonita. -----

- Salientou, contudo, que a situação se tornara embaraçosa quando os vereadores chegaram à zona da frente, onde lhes tinha sido indicado que deveriam ficar, e verificaram que não tinham lugares disponíveis para se sentarem. Descreveu a situação como geradora de alguma confusão entre os vereadores, que não sabiam onde se deveriam colocar. -----

- Esclareceu que não estava em causa a primeira fila, a obtenção de protagonismo ou a vontade de aparecer, referindo que não apreciava esse tipo de exposição e que preferia passar despercebida. Sublinhou que a sua intervenção pretendia apenas alertar para situações semelhantes no futuro, uma vez que se sentira deslocada naquele momento. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal** que agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Vanda Santos e reiterou que já tinha transmitido ao Senhor Vereador Milton Estrelinha que compreendia a situação, apresentando novamente desculpas pelo sucedido. -----

- Por fim, declarou nutrir grande consideração pelo Senhor Vereador Milton Estrelinha, reconhecendo o trabalho por este desenvolvido, designadamente na área do associativismo. Manifestou ainda a convicção de que o Senhor Vereador possuía capacidades e muito poderia continuar a dar à terra no futuro. -----



O Senhor Vereador Milton Estrelinha agradeceu as palavras, os elogios, do Senhor Presidente da Câmara. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público. -----

A reunião foi interrompida para intervalo às 11h:17m e retomou os seus trabalhos cerca das 11h:26m. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

569/2026 - ATA DE REUNIÃO

Presente a ata da reunião ordinária número dezassete de 25 de agosto 2026, para leitura, discussão e votação. -----

Deliberado por unanimidade, aprovar: -----

Não tomaram parte na votação, os membros do executivo, que não estiveram presentes. -----

- Interveio a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro, referindo que não iria votar a ata da reunião de 09.09, por não ter estado presente na mesma, ficando esta declaração registada em ata. -----

570/2026- 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E 4.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente informação n.º 536/SGFC/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. –

Deliberado por unanimidade aprovar, a 3ª. Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e 4ª. Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e **deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final.** -----

571/2026 – PROJETOS DE ESPECIALIDADES DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - SITA NA RUA FRANÇA BORGES, N.º 46 - NAZARÉ

Presente processo de Obras n.º 544/19, com requerimento n.º 1652/23, local – Rua França Borges, n.º 46 - Nazaré, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade declarar, a caducidade do licenciamento, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo;

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----



Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da **Câmara Municipal da Nazaré** do **Partido Chega**, **Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

572/2026- PROJETOS DE ESPECIALIDADES – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE – SITA EM CASAIS – FAMALICÃO

Presente processo de Obras n.º 192/19, com requerimento n.º 412/23, local – Casais - Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a proposta de declaração de caducidade da aprovação do projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi Apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia

compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo;

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da **Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----



Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

573/2026 – PROJETOS DE ESPECIALIDADES DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO- DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - SITA NA RUA DR. JOSÉ MARIA CARVALHO JUNIOR, N.º 37 “A” – NAZARÉ

Presente processo de Obras n.º 74/25, com requerimento n.º 778/25, local – Rua Dr.º José Maria Carvalho Júnior, n.º 37 “A” - Nazaré, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade declarar, a caducidade da licença, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi Apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo;

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi Apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo;

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----



Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da **Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

574/2026 – PROJETOS DE ESPECIALIDADES DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO- DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - SITA NA RUA PINHAL, N.º 1, RIBEIRO SECO, FANHAIS – NAZARÉ

Presente processo de Obras n.º 9364/22, com requerimento n.º 1036/23, local – Rua Pinhal, n.º 1, Ribeiro Seco – Fanhais – Nazaré, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade declarar, a caducidade do licenciamento, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

-

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo;

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, **Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha



decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

575/2026 – LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO DE UM MURO DE CONTENÇÃO DE TERRAS E VEDAÇÃO SITO NA RUA DO CAMPO, N.º 3- CASAL MOTA – FAMALICÃO

Presente processo de Obras n. º505/26, com requerimento n. º1435/26, local – Rua do Campo, n.º 3 – Casal Mota - Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo; E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, **Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia **9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

576/2026 - LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A ESTACIONAMENTO, COMÉRCIO/SERVIÇOS E HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR, EM REGIME DE



PROPRIEDADE HORIZONTAL, COM DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÕES EXISTENTES, SITO NA RUA SUB-VILA, NAZARÉ

Presente processo de Obras n.º 477/26, com requerimento n.º 1352/26, local – Rua Sub-Vila - Nazaré, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi Apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo;

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da **Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

577/2026 - LICENCIAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR, PISCINA E MUROS, COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO E COM DEMOLIÇÃO DE UMA CONSTRUÇÃO EXISTENTE NO PRÉDIO SITO NA RUA MOINHO DE VENTO – NAZARÉ

Presente processo de Obras n.º 127/26, com requerimento n.º 401/26, local – Rua Moinho de Vento - Nazaré, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade indeferir, o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi Apresentada a seguinte declaração de voto: -----



“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo; -----

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da **Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha

decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a proposta de declaração de caducidade da aprovação do projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

578/2026 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR, PISCINAS E MUROS, SITO NA RUA DOS MOINHOS - VALADO DOS FRADES

Presente processo de Obras n.º 437/26, com requerimento n.º 1434/26, local – Rua dos Moinhos Valado dos Frades, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade concordar, com a proposta decisão favorável, ao pedido de informação prévia, nos termos da proposta de decisão do Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi Apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassem o domínio técnico dos eleitos; -----



Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo;

E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da **Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a proposta de declaração de caducidade da aprovação do projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

579/2026 – JUNÇÃO DE ELEMENTOS /ESPECIALIDADES – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - RUA SANTO ISIDRO, N.º 87 – RAPOSOS – FAMALICÃO

Presente processo de Obras n.º 44/21, com requerimento n.º 1151/21, local – Rua Santo Isidro, n.º 87 Raposos Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade declarar, a caducidade do licenciamento, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi Apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores, abaixo-assinados, eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré, apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia compreendidos entre os números 571/2026 a 579/2026, presentes à reunião de câmara, realizada no dia 09/09/2026, nos seguintes termos: -----

Tendo em conta que a análise técnica detalhada dos processos de obras em apreciação exige competências especializadas que ultrapassam o domínio técnico dos eleitos; -----

Reconhecendo que os processos submetidos à deliberação contêm os pareceres e informações técnicas elaborados pelos serviços municipais competentes, devidamente subscritos por técnicos responsáveis; -----

Considerando que tais documentos foram revistos e validados pelas chefias intermédias da autarquia, as quais atestaram a sua conformidade e os encaminharam para decisão do executivo; E admitindo, de boa-fé, que o seu agendamento para esta reunião resulta de despachos do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto, no cumprimento dos procedimentos internos; -----



Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, confiando na idoneidade técnica dos serviços municipais e na legalidade dos processos apresentados, **votam favoravelmente** os pontos em causa da presente Ordem de Trabalhos. -----

Nazaré, 09 de setembro de 2026. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

Milton Estrelinha, João Graça e Vanda Santos.” -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a proposta de declaração de caducidade da aprovação do projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão do Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega, **Lúcia Loureiro**, vem apresentar **declaração de voto favorável** relativamente aos pontos **571 a 579**, referentes ao ano de **2026**, constantes da **reunião de Câmara Municipal da Nazaré realizada no dia 9 de setembro de 2026**.

Reconhecendo que a análise técnica detalhada destes processos exige conhecimentos específicos que ultrapassam, em parte, a minha área de competência, fundamentei a minha decisão nas informações, pareceres e análises elaboradas pelos técnicos superiores da autarquia, cuja credibilidade e rigor merecem a minha confiança. -----

Não tendo sido apresentado qualquer elemento ou motivo que justificasse deliberação em sentido contrário, manifestei **voto favorável**. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

580/2026 - EMPREITADA DE: "INTERFACE DE TRANSPORTES PÚBLICOS – AV. DO MUNICÍPIO” – TRABALHOS COMPLEMENTARES

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 650/SCPGP/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a realização de Trabalhos complementares da Empreitada de “Interface de Transportes Públicos”. -----

- **Usou da palavra o Senhor vereador Milton Estrelinha** que quis deixar um alerta: quando vierem minutas de contrato anexadas pelos serviços, se mantenha o cuidado de proteger os dados pessoais das pessoas. -----

581/2026 - EMPREITADA DE: "REMODELAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DA NAZARÉ" - TRABALHOS A MENOS

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 651/SCPGP/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a realização de Trabalhos a menos da Empreitada de “Remodelação de Imóvel para Instalação do Juízo de Competência Genérica da Nazaré”. -----

582/2026 - REGULAMENTO DE APOIO À FAMÍLIA - APOIO À NATALIDADE - DEFERIMENTO DA 2.ª E ÚLTIMA TRANCHE DO APOIO - CANDIDATURAS DE JULHO DE 2026 - 29-31-32-34 E 39

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 257/DCS/2026, datada de 2026.08.31, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, as candidaturas rececionadas 29/ 31/ 32/34 e 39 de 2026, no valor de 2.398€ (dois mil, trezentos e noventa e oito euros), deferimento da 2ª. e última tranche do apoio e iniciar os ulteriores trâmites processuais, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio à Família e informação do Gabinete de Ação Social. -----



583/2026 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA - APOIO À NATALIDADE - DEFERIMENTO DE CANDIDATURAS E DA 1.ª TRANCHE DO APOIO - AGOSTO DE 2026

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 258/DCS/2026, datada de 2026.08.31, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, as candidaturas rececionadas 40/ 41/ 42/43 e 44 de 2026, no valor de 2.400€ (dois mil, e quatrocentos euros), deferimento da 1ª. tranche do apoio e iniciar os ulteriores trâmites processuais, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio à Família e informação do Gabinete de Ação Social. -----

584/2026 - MINUTA DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS - AÇÃO DE FORMAÇÃO - "FORMAR PARA O FUTURO" - ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DE LEIRIA

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 451/SAFDJ/2026, datada de 2026.09.02, que anexa minuta de protocolo de colaboração entre o Município da Nazaré e a Associação de Voleibol de Leiria, com vista à realização da Ação de Formação "Formar para o futuro". -----

O assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações Desportivas – Ação de Formação "Formar para o Futuro" – Associação de Voleibol de Leiria. -----

585/2026- PROPOSTA FINAL E VALOR DEFINITIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC), ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) — ANO LETIVO 2026/2027

Para conhecimento do Órgão executivo, é presente informação n.º 392/DECP/2026, datada de 2026.08.31, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

O Senhor vereador Milton Estrelinha, declarou o seu impedimento que se transcreve e ausentou-se da reunião neste ponto. -----

“Relativamente ao ponto 585/2026 constante da ordem de trabalhos da reunião ordinária de 9 de setembro, referente à proposta final e valor definitivo para a contratação de prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF), para o ano letivo 2026/2027, venho comunicar a V. Ex.ª que considero existir fundamento para me declarar impedido de participar na respetiva discussão e deliberação. -----

Atualmente, exerço as funções de Presidente de uma Associação Desportiva que manifestou disponibilidade para integrar o projeto em causa, nomeadamente no âmbito do envolvimento das associações locais previsto na proposta apresentada. -----

Face a esta circunstância, e tendo em consideração as garantias de imparcialidade e o regime de impedimentos previstos no Código do Procedimento Administrativo, designadamente no artigo 69.º, bem como os deveres impostos aos eleitos locais pelo respetivo Estatuto, considero que não se encontram reunidas as condições que me permitam intervir na discussão ou na deliberação deste ponto. -----

Assim, por uma questão de transparência, imparcialidade e salvaguarda da integridade do processo de decisão, informo V. Ex.ª de que me retiro deste ponto, não participando na sua discussão nem na respetiva deliberação. -----

Solicito, ainda, que esta circunstância fique devidamente registada em ata da reunião de Câmara.

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que começou por referir que, à semelhança do que tem sido prática habitual, se realizaram várias reuniões relativas ao serviço



das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no âmbito das alterações previstas. Questionou se as referidas alterações entrariam já em vigor no próximo ano letivo. **Interveio o Senhor Presidente**, referindo que o Executivo procurou, ao longo de todo o processo, assegurar o envolvimento das associações. Informou que algumas destas manifestaram interesse em participar e que, durante o presente ano, se trabalhará na definição do modelo, dando início às conversações com as associações interessadas, com vista a delinear uma estratégia de trabalho conjunta. -----

- **Usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão da Educação e Cultura, Dr. Júlio Estrelinha**, que, após cumprimentar os presentes, prestou alguns esclarecimentos, referindo que a proposta em análise não se circunscreve às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), antes se assumindo como um projeto mais abrangente, concretizador do conceito de escola a tempo inteiro, que contempla os apoios às famílias, nomeadamente através do reforço do serviço de almoços. -----

- Acrescentou que a proposta integra uma nova vertente, assente na valorização pedagógica do associativismo, procurando envolver as associações no projeto, de forma a promover uma melhor avaliação e compreensão das características do território, do tecido associativo e da comunidade.

- Esclareceu ainda, que esta proposta resultou de um trabalho contínuo, desenvolvido ao longo das últimas semanas, sensivelmente durante o último mês e meio, inicialmente com as associações e, posteriormente, com o Agrupamento de Escolas e a empresa “Tempos Brilhantes”, em reuniões destinadas a preparar e concertar os termos da nova abordagem. Referiu, neste contexto, a vontade manifestada pelo Agrupamento de Escolas de dar continuidade a um projeto pedagógico já implementado e integrado no território. -----

- Mencionou igualmente que, em anos anteriores, se havia desenvolvido um trabalho que acabou por sofrer uma rutura, na medida em que suscitava maiores dificuldades e constrangimentos ao próprio processo, acarretando algumas desvantagens. Salientou, por fim, que o modelo de trabalho tem vindo a ser construído em articulação entre três intervenientes, passando a integrar

um quarto elemento com o envolvimento das associações, tendo sido realizadas reuniões com vista à concertação desta nova vertente de participação do movimento associativo. -----

- Referiu ainda que a proposta prevê um período de adaptação ao novo modelo, designado por «ano zero», durante o qual serão efetuados os necessários ajustes e adaptações, nomeadamente ao nível dos horários e da articulação entre os técnicos envolvidos. Esclareceu, contudo, que, desde essa fase inicial, as aulas e os tempos de enriquecimento curricular já contarão com a participação das associações. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, questionando se, já no presente ano letivo, as associações seriam integradas de forma gradual no projeto, desenvolvendo atividades com os alunos. **Em resposta, o Senhor Chefe de Divisão da Educação e Cultura, Dr. Júlio Estrelinha**, confirmou que sim, esclarecendo que a articulação seria efetuada diretamente com a Associação “Tempos Brilhantes”. -----

- Perante esta informação, **o Senhor Vereador Milton Estrelinha** declarou o seu impedimento, por integrar uma associação que manifestou interesse em participar no projeto, tendo, em consequência, anunciado que se retiraria da sala e que posteriormente enviaria a sua declaração de impedimento. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça**, questionando se os valores plurianuais já se encontravam contemplados no procedimento de contratação. **Em resposta, o Senhor Chefe de Divisão da Educação e Cultura, Dr. Júlio Estrelinha**, esclareceu que o valor submetido correspondia ao montante máximo previsto, tendo como referência os valores praticados em anos anteriores, nomeadamente no último ano, no montante de 366.871,56 €, valor esse que foi objeto de deliberação em Assembleia Municipal. -----

- **Usou da palavra a Senhora vereadora Fátima Duarte**, para dizer que se trata de um curso onde o tema será "Quando alimentar se torna complexo - Sintomas Gastrointestinais, Nutrição e



Dispositivos em Cuidados Paliativos Pediátricos", e que será precedência para dia 25 de setembro e assim se propõe à Câmara a aprovação do protocolo, que será apenas logístico. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Vanda**, questionando se a sessão agendada seria gravada ou transmitida, de modo a permitir que outras pessoas ligadas à área da saúde, nomeadamente cuidadores pessoais que não pudessem estar presentes, tivessem acesso à informação ou pudessem, posteriormente, partilhá-la junto de outros interessados. **Interveio a Senhora Vereadora Fátima Duarte**, referindo que, tanto quanto era do seu conhecimento, se trataria de uma formação de acesso restrito, destinada a profissionais especializados. Ainda assim, manifestou disponibilidade para colocar a questão e transmitir a sugestão apresentada, no sentido de se ponderar a elaboração de um relatório e/ou a gravação da formação, de forma a possibilitar a posterior partilha dos conteúdos. -----

- **Usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão da Educação e Cultura, Dr. Júlio Estrelinha**, que acrescentou que a formação será dirigida à comunidade científica, mediante o pagamento de uma inscrição no valor de 60,00 €. Referiu ainda que, conforme consta da informação apresentada, foi acordada com a Associação a possibilidade de participação de técnicos do Município, nomeadamente profissionais da área da saúde, nutricionistas e técnicos de engenharia alimentar. Acrescentou que poderá, posteriormente, ser produzida informação sobre os conteúdos da formação, procurando-se encontrar a forma mais adequada de a divulgar. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

586/2026 - MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM APCP- CEDÊNCIA AUDITÓRIO BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SOARES

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 397/GGPC/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

O Senhor vereador Milton Estrelinha regressou à reunião. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração com a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos – Cedência Auditório Biblioteca Municipal José Soares. -----

587/2026 - MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O PLANO NACIONAL DAS ARTES

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 398/GGPC/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

- **Usou da palavra a Senhora vereadora Fátima Duarte** para informar que o protocolo tem como objetivo uma parceria institucional entre a Câmara Municipal da Nazaré e o Plano Nacional das Artes para promover ações conjuntas na área da Educação e da Cultura. -----

- **Usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão da Educação e Cultura, Dr. Júlio Estrelinha**, que informou que esteve presente na inauguração do Museu Dr. Joaquim Manso. Referiu que o protocolo tem por objeto promover a colaboração entre a Câmara Municipal da Nazaré e o Plano Nacional das Artes, numa perspetiva integradora, através da concretização de ações no âmbito da educação e da cultura, nomeadamente mediante a implementação do Plano Cultural de Escola. ---

Neste contexto, destacou o propósito manifestado pela Senhora Ministra de assegurar que nenhuma criança do concelho da Nazaré conclua a escolaridade obrigatória sem ter tido a oportunidade de visitar o Museu Dr. Joaquim Manso. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração com o Plano Nacional das Artes. -----

588/2026 - MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM CRB VALADENSE- II FESTIVAL DE TEATRO

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 399/GGPC/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----



Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração com o Clube Recreativo Valadense – II Festival de Teatro. -----

589/2026 - MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A LAF- ARRAIAL

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 400/GGPC/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração com a Liga dos Amigos de Fanhais. -----

590/2026- REGULAMENTO DA TAXA TURÍSTICA DO CONCELHO DA NAZARÉ — PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL — DELIBERAÇÃO DE 11 DE AGOSTO

Para reforma e reapreciação do Órgão executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente informação n.º 532/DAF/2026, datada de 2026.08.28, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -

Deliberado por maioria, com três votos a favor dos membros do PSD, três votos a favor dos membros do PS e um voto contra do membro do Chega, reformar a deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 11 de agosto, relativa ao assunto “Alteração ao Regulamento da Taxa Turística da Nazaré”, mediante a adoção de nova deliberação, nos termos do documento presente, assegurando a participação de todos os 7 (sete) membros da Câmara Municipal, e deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação final. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que esclareceu que o presente ponto visa, essencialmente, prestar um esclarecimento por parte da DAF, relativamente ao sucedido na reunião de 11 de agosto e à respetiva deliberação, na qual alguns membros declararam impedimento na votação do ponto referente à Taxa Turística, tendo sido posteriormente esclarecido que não seria necessário declarar tal impedimento. -----

- **Usou da palavra o Senhor Dr. Ricardo Caneco**, que começou por cumprimentar os presentes e

esclareceu que se encontrava a pronunciar-se sobre um processo no qual não participou, nem foi responsável pela elaboração da respetiva informação. Nesse sentido, referiu que os esclarecimentos que poderia prestar incidiam sobre a possibilidade legal de reforma de atos nulos, prevista no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, na redação introduzida pelo novo regime legal. -----

- Esclareceu, que a situação em apreço não era semelhante a outra anteriormente analisada, uma vez que existia quórum e os membros do Executivo não se encontravam impedidos de deliberar. Contudo, verificou-se uma circunstância que determinou a nulidade do ato, situação reconhecida pela sua colega, Senhora Dra. Helena Pola, importando agora proceder à respetiva reforma. -----

- Explicou, que a reforma constitui uma alternativa à declaração de nulidade, permitindo aproveitar os atos praticados que não se encontrem afetados por vícios de invalidade. Referiu, que a declaração de nulidade de todos os atos, nomeadamente dos relativos à alteração ou aprovação do regulamento da Taxa Turística, implicaria a eliminação dos efeitos de todo o procedimento, uma vez que os atos nulos não produzem efeitos jurídicos. -----

- Acrescentou, que a reforma constitui um instrumento previsto pelo legislador para permitir a sanção de vícios de invalidade, incluindo situações de nulidade, possibilitando o aproveitamento dos atos que não estejam feridos de invalidade e permitindo, assim, uma resposta mais célere à situação em análise. -----

- Concluiu, referindo que a reforma constitui uma possibilidade legal, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo a sua colega, Senhora Dra. Helena Pola, considerado que este seria o mecanismo jurídico adequado para corrigir a invalidade verificada. -

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, referindo que todos se terão apercebido de que, há já algum tempo, subsistiam algumas dúvidas relativamente a esta matéria. Nesse sentido, explicou que o Executivo entendeu recorrer a assessoria externa, especificamente especializada em



Direito Administrativo, com o objetivo de obter um enquadramento jurídico adequado para a situação em apreço. -----

- Acrescentou, que a solução agora apresentada à Câmara visa ultrapassar a questão de forma regular e em conformidade com a lei, salvaguardando o trabalho já desenvolvido, sem comprometer os procedimentos iniciados, e assegurando a proteção dos elementos e informações constantes do processo na Câmara Municipal. E que, se a Senhora vereadora Lúcia sabia tanto do assunto, já poderia ter dado uma ajuda para o resolver. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro**, que acrescentou que os seus conhecimentos sobre a matéria são equivalentes aos de qualquer pessoa que a estude, referindo que já deixou expressa a sua opinião jurídica na respetiva declaração de voto. Questionou, ainda, se o documento em análise se refere à adoção de uma nova deliberação ou à possibilidade de reforma do ato anteriormente praticado. -----

- **Usou da palavra o Senhor Dr. Ricardo Caneco**, que esclareceu que a referência constante do documento constituirá uma questão de formulação, uma vez que se pretende reconhecer a existência de um problema na deliberação de 11 de agosto, submetendo novamente à Câmara Municipal a mesma alteração, de forma a garantir a participação e votação dos sete membros do Executivo. -----

- Acrescentou, que se pretende obter uma nova deliberação válida na reunião do dia, tendo por base a deliberação de 11 de agosto, a qual será posteriormente remetida à Assembleia Municipal para votação final. Concluiu, assim, que se trata de uma nova deliberação, tomada na presente reunião, mas fundamentada na deliberação anteriormente aprovada. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Sousinha**, que acrescentou que a alteração em causa se limita, única e exclusivamente, à eliminação do atual n.º 5 do artigo 10.º, por se verificar uma incoerência com o disposto no n.º 1 do artigo 9.º e no n.º 6 do artigo 10.º. Referiu ainda a alteração ao n.º 12 do artigo 4.º. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Lúcia Loureiro**, referindo que, no seu entendimento, se estaria a contornar a lei, salientando que existem princípios e normas que devem ser respeitados.

Ainda assim, reconheceu a necessidade de resolver o problema em causa. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, informando que algumas pessoas já se haviam manifestado, dando conta de que determinadas plataformas estariam a proceder à cobrança da Taxa Turística, por subsistirem dúvidas quanto a algumas questões, nomeadamente no que respeita ao respetivo enquadramento fiscal. -----

Interveio o Senhor Presidente, esclarecendo que, no que concerne ao enquadramento fiscal, havia ficado suficientemente claro que a aplicação da Taxa Turística não interfere com a tributação dos rendimentos das pessoas em sede de IRS. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Sousinha**, que prestou alguns esclarecimentos, referindo que, aquando da introdução das informações nas OTAs (plataformas digitais de reservas), surgiram alguns constrangimentos na colocação de questões e na operacionalização do procedimento. Explicou que foi dada indicação para que as reservas tivessem como data de referência o dia 1 de setembro, tendo sido precisamente neste aspeto que surgiram dificuldades. Esclareceu que, caso as reservas tivessem sido efetuadas com data de 31 de agosto, a Taxa Turística já apareceria refletida na plataforma, o que não foi possível em determinadas situações, tendo algumas taxas sido cobradas. -----

- Relativamente à denominada “compensação fiscal”, explicou que os hoteleiros faturaram o valor de 2,00 € correspondente à taxa e, posteriormente, receberam uma fatura da Câmara Municipal no mesmo montante, pelo que, nessa medida, a compensação fiscal seria de 0,00 €. Acrescentou, por fim, que a Taxa Turística é isenta de IVA. -----

- **Usou da palavra a Senhora Dra. Carla Maurício**, que, após cumprimentar os presentes, prestou alguns esclarecimentos, referindo que já tinham sido realizadas duas sessões de esclarecimento e



que havia sido divulgada a todos os detentores de licença a página web disponibilizada para o efeito, onde consta o manual de preenchimento da plataforma. -----

- Acrescentou, que se encontra igualmente disponível um manual de perguntas frequentes, no qual já estava esclarecida a questão relativa à tributação em sede de IRS. - Informou ainda, que já começaram a ser recebidos os registos, não excluindo a possibilidade de realização de uma nova sessão de esclarecimento, caso se revele necessário. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que agradeceu todos os esclarecimentos prestados, manifestando o desejo de que a Taxa Turística venha a ser devidamente aplicada, com o cumprimento de todos os pressupostos inerentes à sua implementação, salientando ainda a importância de acompanhar a evolução do processo. -----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“O meu voto é contra. -----

Importa, antes de mais, esclarecer que este sentido de voto não resulta de uma oposição ao mérito da alteração ao Regulamento da Taxa Turística, mas das dúvidas jurídicas que mantenho relativamente ao mecanismo utilizado para regularizar uma deliberação que os próprios serviços municipais reconhecem estar ferida de nulidade. -----

Reitero e peço especial atenção senhores vereadores e aquém nos escuta: -----

Importa, antes de mais, esclarecer que este sentido de voto não resulta de uma oposição ao mérito da alteração ao Regulamento da Taxa Turística, mas das dúvidas jurídicas que mantenho relativamente ao mecanismo utilizado para regularizar uma deliberação que os próprios serviços municipais reconhecem estar ferida de nulidade. -----

A informação que sustenta o presente ponto reconhece expressamente que, na reunião de 11 de agosto, ocorreu um erro de enquadramento jurídico relativamente aos impedimentos dos membros do Executivo, que determinou a não participação de cinco eleitos e,

consequentemente, a inexistência do quórum legalmente exigido para a formação da deliberação. -----

A mesma informação conclui, por isso, que a deliberação de 11 de agosto está ferida de nulidade, nos termos do artigo 161.º, n.º 2, alínea h), do Código do Procedimento Administrativo. Não está, portanto, em discussão a existência da nulidade. Essa nulidade é expressamente reconhecida pelos próprios serviços municipais. -----

O que está em discussão é a solução jurídica escolhida para lhe responder. -----

É novamente invocado o artigo 164.º, n.º 2, do CPA, propondo-se a reforma do ato através de uma nova deliberação, com a participação dos sete membros da Câmara Municipal. -----

Reconheço, como já anteriormente deixei expresso, que o artigo 164.º, n.º 2, admite, em abstrato, a reforma ou conversão dos atos nulos. -----

O que continuo a não considerar suficientemente demonstrado é que aquilo que hoje estamos a praticar constitua juridicamente uma verdadeira reforma da deliberação nula e não, simplesmente, uma nova deliberação tomada agora com o quórum legalmente exigido. -----

Esta dúvida assume particular relevância quando a própria informação dos serviços refere que a solução passa pela “adoção de uma nova decisão” e determina que o Executivo volte a apreciar e votar a alteração ao Regulamento. -----

Acresce que permanecem por esclarecer os efeitos jurídicos que se pretendem atribuir à deliberação hoje tomada, designadamente se produzirá efeitos apenas a partir desta nova deliberação ou se se pretende atribuir-lhe efeitos reportados à deliberação nula de 11 de agosto e, neste último caso, qual o concreto fundamento jurídico para tal. -----

Também considero necessário esclarecer a questão dos impedimentos. A própria informação reconhece que a existência de impedimento deve ser apreciada em função do objeto concreto do procedimento e das circunstâncias suscetíveis de determinar, em cada caso, uma situação de conflito de interesses. Contudo, conclui depois, genericamente, que o simples facto de um eleito



exercer, direta ou indiretamente, atividade de alojamento local não determina, por si só, uma causa de impedimento. -----

Por essa razão, solicitei igualmente que fosse esclarecido se foi efetuada uma análise individualizada da situação de cada membro do Executivo, à luz do artigo 69.º do CPA, ou se a conclusão apresentada resulta apenas de uma apreciação genérica. -----

Esta posição encontra-se agora igualmente reforçada pelo parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que confirma a necessidade de uma apreciação concreta dos impedimentos e reafirma que, quando estes determinem a perda do quórum legalmente exigido, a Câmara não pode proceder à votação nessas condições. -----

Reitero: -----

Esta posição encontra-se agora igualmente reforçada pelo parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que confirma a necessidade de uma apreciação concreta dos impedimentos e reafirma que, quando estes determinem a perda do quórum legalmente exigido, a Câmara não pode proceder à votação nessas condições. -----

Há ainda uma circunstância que considero particularmente relevante. -----

Na reunião extraordinária anterior coloquei questões jurídicas concretas relativamente à utilização do artigo 164.º, n.º 2, do CPA para a reforma de deliberações nulas por falta de quórum. -----

Essas questões não foram respondidas em sede de reunião, tendo sido declarado por quem presidia aos trabalhos que as respostas seriam posteriormente prestadas pelo Gabinete. -----

Até ao momento, continuo sem ter recebido essas respostas. -----

Não considero, por isso, coerente que seja novamente solicitado ao Executivo que delibere com base no mesmo mecanismo jurídico, previsto no artigo 164.º do CPA, permanecendo sem resposta questões jurídicas anteriormente colocadas precisamente sobre a aplicação desse mecanismo. -----

Não está em causa impedir que a Câmara volte a deliberar validamente sobre a alteração ao Regulamento da Taxa Turística. Está em causa saber se juridicamente estamos perante a reforma de uma deliberação nula ou perante a prática de uma nova deliberação válida e quais os efeitos jurídicos que se pretendem retirar dessa opção. -----

Enquanto estas questões não estiverem devidamente esclarecidas e fundamentadas, entendo que devo manter a mesma posição de prudência jurídica que assumi anteriormente. -----

O meu voto contra não é, portanto, um voto contra o mérito da alteração ao Regulamento da Taxa Turística. **É um voto contra a solução jurídica escolhida para regularizar uma deliberação que os próprios serviços reconhecem estar ferida de nulidade.** -----

Não posso votar favoravelmente uma solução cuja segurança jurídica continuo a considerar insuficientemente demonstrada. -----

Por razões de **legalidade, segurança jurídica e defesa dos interesses do Município da Nazaré, o meu voto é contra.** -----

Reitero, por fim, que continuo a aguardar as respostas às questões formuladas na reunião extraordinária de 31 de agosto, para os efeitos que oportunamente deixei registados. -----

Nazaré, 9 de setembro de 2026 -----

Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré pelo Partido Chega -----

Lúcia Loureiro.” -----

591/2026 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS ASSOCIAÇÃO RECREATIVA PEDERNEIRENSE

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, é presente o relatório acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a isenção do pagamento das taxas devidas pela Associação Recreativa Pederneirense, nos termos e com os fundamentos constantes do Relatório de Avaliação. -----



592/2026 - ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DO LUGAR N.º 26 DO ANEXO I DO REGULAMENTO DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – REGULAMENTO DE VENDA AMBULANTE

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 526/GAJ/2026, datada de 2026.08.26, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Alteração Temporária do lugar nº. 26 do Anexo I do Regulamento de Comércio a Retalho não Sedentário do Município da Nazaré – Regulamento de Venda Ambulante, nos termos da Informação técnica. -----

593/2026 - PROJETO DE REGULAMENTO DO CINETEATRO DA NAZARÉ – TÉRMINUS DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

Para apreciação e votação do Órgão executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente informação n.º 533/GAJ/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -

Deliberado por unanimidade aprovar, a proposta de Regulamento do Cineteatro da Nazaré e **deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final.**

594/2026- AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PRIVADA E ELETRICIDADE – 2027 A 2029

Para apreciação e votação do Órgão executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente informação n.º 529/GAEC/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -

Deliberado por unanimidade aprovar, a autorização de compromissos plurianuais para a aquisição de combustíveis, serviços de vigilância privada e eletricidade, para o período de 2027 a 2029, nos termos da Informação n.º 529/GAEC/2026, de 02 de setembro e **deliberado remeter à Assembleia Municipal, para deliberação final.** -----

595/2026 - AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – TRIÉNIO 2027 – 2029

Para apreciação e votação do Órgão executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente informação n.º 532/GAEC/2026, datada de 2026.09.02, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. - Deliberado por unanimidade aprovar, a autorização de compromissos plurianuais para a aquisição de alimentos destinados à confeção de refeições escolares, para o triénio 2027-2029, nos termos da informação n.º 532/GAEC/2026, datada de 02.09.2026, e **deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final.** -----

596/2026 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE BENS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA O TRIÉNIO 2027-2029 - SMN

Para apreciação e votação do Órgão Executivo e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente ofício dos Serviços Municipalizados da Nazaré n.º 2026/SMN-ÁGUAS/852, datado de 28.08.2026, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de bens destinados ao fornecimento de combustíveis para o triénio 2027-2029, nos termos constantes do ofício dos Serviços Municipalizados da Nazaré n.º 2026/SMN-ÁGUAS/852, de 28.08.2026, e **deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final.** -----

597/2026 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 2 DE 2026 - SMN

Para apreciação e votação do Órgão Executivo e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente ofício dos Serviços Municipalizados da Nazaré n.º 45/2026, datado de 02.09.2026, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----



Deliberado por unanimidade aprovar, a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa n.º 2 de 2026 dos Serviços Municipalizados da Nazaré, nos termos do Ofício n.º 45/2026, de 02 de setembro, e **deliberado remeter à Assembleia Municipal, para deliberação final.** -----

598/2026 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A ER TURISMO CENTRO DE PORTUGAL

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 454/GT/2026, datada de 2026.09.03, que anexa minuta de Protocolo entre o Município da Nazaré e ER Turismo do Centro de Portugal, com vista à realização de um encontro com a imprensa em formato Sunset, no dia 21 de setembro, no Forte de S. Miguel Arcanjo. -----

A presente minuta de protocolo acima referida, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município da Nazaré e a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal. -----

599/2026 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE BENS PARA FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PARA O TRIÉNIO 2027-2029 - SMN

Para apreciação e votação do Órgão Executivo e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente ofício dos Serviços Municipalizados da Nazaré n.º 2026/SMN-ÁGUAS/851, datado de 28.08.2026, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de bens destinados ao fornecimento de eletricidade para o triénio 2027-2029 – SMN, nos termos constantes do ofício dos Serviços Municipalizados da Nazaré n.º 2026/SMN-ÁGUAS/851, de 28.08.2026, e **deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final.** -----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião o Exmo. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram doze horas e cinquenta e dois minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo próprio e pela Secretária, que a leu em voz alta, tendo a respetiva minuta sido aprovada e rubricada. -----
